

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



JORNAL OFICIAL

I Série—Número 25

Quinta-feira, 28 de Setembro de 1978

SUMÁRIO

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ASSEMBLEIA REGIONAL

ASSEMBLEIA REGIONAL

Decreto Regional n.º 30/78/M:

Estabelece as insígnias da Região Autónoma da Madeira.

Decreto Regional n.º 30/78/M

de 12 de Setembro

Decreto Regional n.º 31/78/M:

Cria, na dependência da Secretaria Regional do Trabalho, a Direcção Regional do Emprego e Formação Profissional.

As insígnias representando grupos humanos, territórios, ideias, instituições, etc., são usadas desde os povos antigos, os quais adoptavam símbolos como massas metálicas ou pequenas peças de tecido presas no alto de uma vara.

Através dos tempos, e também em Portugal as mais diversas pessoas colectivas utilizaram insígnias próprias, como é o caso, entre outros, dos municípios, dos sindicatos e das associações filantrópicas ou recreativas.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

Decreto-Lei n.º 294/78:

Transfere para a Região Autónoma da Madeira certas competências no sector do trabalho.

A Constituição da República reconhece o arquipélago da Madeira como região autónoma, sujeito constitucional próprio e pessoa colectiva de direito público. Daí a lógica de a Região Autónoma da Madeira ter as suas insígnias próprias, marcantes da sua individualização institucionalizada.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

Resolução n.º 21/78:

Considera de utilidade pública a Associação Cristã da Mocidade da Madeira A.C.M..

Tratando-se de assunto específico da Região Autónoma da Madeira e de matéria não reservada à competência exclusiva dos órgãos de soberania, é indubitável que a Assembleia da Madeira possa legislar sobre a criação das insígnias da Região.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO E FINANÇAS

Portaria n.º 94/78:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Assim, no presente diploma define-se a bandeira, o escudo e o selo branco.

É facto que a história da Região Autónoma da Madeira não apresenta qualquer bandeira tradicional que pudesse ser agora adoptada oficialmente. Por outro lado, uma bandeira só pode ser sentida como de pertença comunitária se a população nela encontrar uma mínima identificação de motivações.

SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO E FINANÇAS E DE ECONOMIA

Portaria n.º 95/78:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Os acontecimentos que se verificaram na parte continental de Portugal, de 28 de Setembro de 1974 a 25 de Novembro de 1975, conduziram a

maioria esmagadora da população do arquipélago a uma vigorosa reacção, demarcada em relação a tudo aquilo que foi objectivamente iníquo. Essa reacção, patriótica, porque empenhada na legítima defesa do futuro de Portugal, levou a uma profunda individualização do ser da Região, catapultando-a para uma acentuada personalização nunca antes atingida na sua história de cinco séculos e meio. A lei fundamental mais não faz do que dar estrutura juridico-constitucional àquilo que de facto passara a existir irreversivelmente.

Na indefinição mítica própria de tais fenómenos histórico-comunitários surgia a utilização das cores azul e oiro como identificantes da Região. É certo que movimentos separatistas procuraram abusivamente apropriar-se de tal simbologia. Porém, é facto que tais cores ganharam uma implantação tal no íntimo da população madeirense que, repudiando a imensa maioria o antiportuguesismo dos separatistas, a significação implantou-se como querendo dizer algo de substancial acerca da personalidade própria da Região Autónoma.

Apresentar insígnias com outras cores nada significaria para os Madeirenses e os separatistas desenvolveriam à volta do azul e oiro uma aura de clandestinidade heróica, de fácil e superficial atractivo para o subconsciente colectivo, a ponto de poderem impor, com êxito, simbologia antipatriótica. Mas a Região, ao adoptar o azul e oiro, vai de encontro à imprescindível motivação colectiva e, por outro lado, destrói a mistificação separatista, retirando-lhe qualquer marca identificante e consagrando de vez as cores referidas, como símbolo de uma autonomia no seio da República Portuguesa.

O presente diploma institucionaliza portanto o azul e o oiro como as cores da Região Autónoma da Madeira. O azul que espelha o meio ambiente que constrói a nossa insularidade e que representa, na simbologia heráldica, a nobreza, a formosura e a serenidade. O oiro que espelha a amenidade do nosso clima, decisiva na economia regional, e tem a simbologia heráldica da riqueza, força, fé, pureza e constância.

Por outro lado, as insígnias da Região têm um outro símbolo que a distingue, caracterizantemente, de forma a evitar quaisquer comparações com insígnias separatistas. Trata-se da cruz da Ordem de Cristo.

Com efeito, desde a descoberta, o arquipélago da Madeira foi propriedade da Ordem de Cristo, tendo-se o povoamento efectuado sob a sua direcção. Só no reinado de D. Manuel I a Madeira foi chamada à posse directa da Coroa.

É também lógico que, em lugar subalterno ao reservado à Bandeira Nacional, figure nos estabelecimentos públicos regionais a bandeira criada pelo presente diploma.

Mas não tendo a bandeira e o escudo da Região uma dignidade ao nível da Bandeira Nacional, nada impede que se autorize a sua utilização, sem desrespeito, como elementos decorativos, representando um sentimento positivo de empenho regionalista. Com efeito, por exemplo, na Suíça, onde cada cantão tem a sua bandeira própria, em dias normais vêem-se as principais ruas, quer das cidades mais importantes, quer das vilas mais pequenas, a ostentar enormes bandeiras do cantão e até a própria bandeira nacional, utilizando-as como elementos decorativos e sem perda de dignidade, como aliás outra coisa não seria de esperar num país de extraordinário civismo.

Assim, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 229.º da Constituição da República, a Assembleia Regional da Madeira determina, para valer como lei:

Artigo 1.º A Região Autónoma da Madeira tem bandeira, escudo e selo branco próprios.

Art. 2.º — 1 — A bandeira da Região Autónoma da Madeira tem a forma rectangular, sendo a sua altura dois terços da largura.

2 — Está dividida em três rectângulos iguais, tendo cada um a altura da bandeira e um terço da sua largura.

3 — O rectângulo do lado da haste e do outro extremo têm a cor azul. O rectângulo do meio, a cor de ouro.

4 — No rectângulo cor de ouro figurará a cruz da Ordem de Cristo.

Art. 3.º — 1 — O escudo da Região Autónoma da Madeira tem a forma heráldicamente designada por «escudo português».

2 — Os flancos dextro e sinistro do escudo são de cor azul e o campo situado entre eles é de metal ouro.

3 — No ponto de honra do escudo figurará a cruz da Ordem de Cristo.

Art 4.º — 1 — O selo branco da Região Autónoma da Madeira terá a forma circular.

2 — No centro da área do círculo inserir-se-á a cruz da Ordem de Cristo.

3 — Por cima da insígnia referida no número anterior e acompanhando o perímetro do círculo inscreve-se a expressão «Região Autónoma da Madeira».

4 — Sob a insígnia mencionada nos números anteriores e acompanhando igualmente o perímetro do círculo inscreve-se a palavra «Portugal».

Art. 5.º — 1 — Todas as instituições, estabelecimentos ou serviços sob tutela ou superintendência dos órgãos de Governo próprio da Região Autónoma da Madeira, à esquerda do mastro destinado à Bandeira Nacional, colocarão um outro mastro destinado à bandeira da Região Autónoma.

2 — A bandeira da Região Autónoma deverá ser hasteada com a Bandeira Nacional.

Art. 6.º As viaturas oficiais do Presidente da Assembleia Regional e do Presidente do Governo Regional usarão uma flâmula, respectivamente, de cor amarela com insígnia e cor azul com insígnia.

Art. 7.º — 1 — A bandeira e o escudo da Região Autónoma da Madeira poderão também ser utilizados como elemento decorativo na via pública, recintos públicos, residências ou estabelecimentos privados, desde que tal utilização não seja susceptível de ilações desrespeitosas ou desprestigiantes e acautele o valor estético.

2 — Verificando-se o referido no número anterior, não poderão ser utilizadas outras bandeiras nos mesmos locais.

Art. 8.º É facultativa para as entidades referidas no n.º 1 do artigo 5.º a afixação do escudo da Região Autónoma no frontispício dos seus edifícios.

Art. 9.º O selo branco da Região Autónoma da Madeira será utilizado nos documentos da Assembleia Regional e do Governo Regional, nos termos previstos na lei.

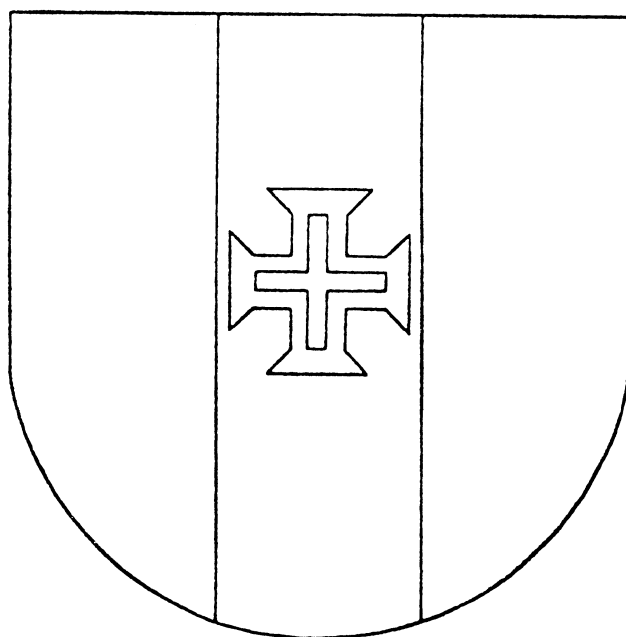
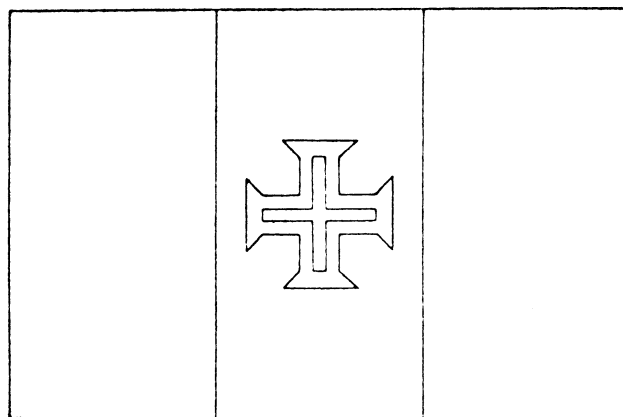
Art. 10.º O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 28 de Julho de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 16 de Agosto de 1978.

Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.



O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Decreto Regional n.º 31/78/M

de 22 de Setembro

A autonomia regional, para ser real e efectiva, exige que o Governo Regional e seus departamentos possuam órgãos próprios capazes de facultar governação eficaz e em que os centros de decisão se situem na Região Autónoma e na sede do Executivo da Região de acordo com a Constituição da República.

Sabido que o Decreto Regional n.º 2/76 atribui à Secretaria Regional do Trabalho as competências nos domínios do trabalho, emprego e formação profissional, e acertadas já as transferências de competências no campo do trabalho, urge criar um organismo, o qual fará parte integrante da Secretaria Regional respectiva e que englobará as cargas de competência derivantes da extinção da Divisão Regional da Direcção dos Serviços de Emprego dependente da Secretaria de Estado da População e Emprego, quando se consumir — a Direcção Regional do Emprego e Formação Profissional.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, e de harmonia com a alínea a) do n.º 1 do artigo 229.º da Constituição, a Assembleia Regional decreta o seguinte:

Artigo 1.º É criada, na dependência da Secretaria Regional do Trabalho, a Direcção Regional do Emprego e Formação Profissional.

Art. 2.º — 1 — Uma vez regionalizados, serão integrados naquela Direcção Regional:

- a) Os serviços enquadrados orgânica ou funcionalmente na Divisão Regional da Direcção dos Serviços de Emprego da Secretaria de Estado da População e Emprego que funciona na Região Autónoma da Madeira;
- b) O Centro de Formação Profissional do Funchal, dependente daquela Secretaria de Estado.

2 — Os serviços da Delegação do Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego ficarão, após regionalização, na dependência directa e sob a administração da Secretaria Regional do Trabalho.

Art. 3.º Compete à Direcção Regional do Emprego e Formação Profissional, genericamente, preparar os elementos necessários para a definição da política regional nestes domínios, promovendo as medidas e coordenando as acções necessárias à sua prossecução.

Art.º 4.º A Direcção Regional é constituída pelos seguintes serviços:

- a) Serviço de Promoção de Emprego;
- b) Serviço de Emprego;
- c) Serviço de Formação Profissional e Medicina no Trabalho.

Art.º 5.º Compete ao Serviço de Promoção de Emprego:

- a) Colaborar com os departamentos públicos competentes e com o sector privado na elaboração e apreciação de projectos de investimentos, geradores de número significativo de postos de trabalho;
- b) Emitir parecer ou preparar, em colaboração com outras entidades competentes, programas de obras financiados pelo Governo Regional;
- c) Elaborar ou promover a realização de estudos sobre sectores a desenvolver numa perspectiva de manutenção e criação de postos de trabalho;
- d) Emitir pareceres sobre a situação social, jurídica, económica e financeira de empresas em que se preveja risco iminente de desemprego, após o estudo adequado e audiência da entidade patronal e estruturas representativas dos seus trabalhadores;
- e) Sugerir critérios de actuação para apoio financeiro ou técnico a empresas em situação difícil, tendo em atenção o factor de produção de trabalho e sua relevância regional.

Art.º 6.º Compete ao Serviço de Emprego:

- a) Manter contactos com os organismos competentes de modo a determinar as carências do mercado de trabalho;
- b) Assegurar o recrutamento, selecção e colocação dos trabalhadores face à oferta de emprego, nos termos legais;

- c) Elaborar e manter actualizados ficheiros com relações de desempregados por sectores de actividade, grupos de profissões e classes etárias, em colaboração com os Serviços de Estatística;
- d) Propor medidas que visem um ajustamento da oferta à procura de emprego;
- e) Analisar e apresentar para apreciação superior, em colaboração com o serviço de promoção, os pedidos de despedimentos colectivos;
- f) Analisar e estudar a classificação das profissões, em especial aquelas de maior interesse e utilidade na Região, mantendo-a actualizada. Preparar e facultar o apoio técnico no que respeita a enquadramento em níveis de qualificação profissional;
- g) Prestar apoio à orientação escolar e profissional numa tripla perspectiva de análise de capacidades individuais, das carências do mercado e desenvolvimento sócio-económico da Região e no que respeita à primeira em articulação com a Secretaria Regional de Educação e Cultura;
- h) Organizar e manter em funcionamento serviços públicos gratuitos de colocação;
- i) Participar no circuito que atribui subsídios de desemprego e providenciar no sentido do estrito cumprimento das normas que o estabelecem;
- j) Sugerir linhas de actuação no que concerne a apoio social que porventura não esteja contemplado na lei ou mereça outro tratamento.

Art.º 7.º Compete ao Serviço de Formação Profissional:

- a) Colaborar na institucionalização e desenvolvimento da formação profissional;
- b) Formar pessoal técnico e preparar o material técnico-pedagógico necessário à formação profissional;
- c) Promover a realização de cursos de formação e reabilitação profissional, nas suas modalidades de aprendizagem, reconversão, reciclagem ou aperfeiçoamento, consoante os dados conjunturais do emprego, desenvolvimento social e económico da Região e perspectivas de emigração;

d) Criar estruturas técnicas capazes de possibilitar a integração profissional dos deficientes físicos, promovendo a sua valorização social e humana, em articulação com a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e Saúde;

e) Promover e assegurar a institucionalização de um serviço de medicina no trabalho, alargado a todos os sectores sócio-profissionais, sobretudo preventiva, em articulação com a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e Saúde e com os organismos sociais da Região.

Art.º 8.º — 1 — O pessoal da Direcção Regional do Emprego e Formação Profissional constará de um quadro regional aprovado pela Secretaria Regional, com salvaguarda do cominado no artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril.

2 — A Direcção Regional terá a chefia-la um director nomeado por livre escolha do Secretário.

3 — O quadro de pessoal, forma de provimento, categorias e dotações serão determinados por diploma posterior.

Art.º 9.º Este diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 24 de Janeiro de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 11 de Fevereiro de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

Conforme o preceituado no art.º 8.º, alínea a) do Decreto Regional n.º 6/77/M, de 21 de Abril e em execução da Portaria n.º 49/77, de 29 de Novembro da Presidência do Governo Regional da Madeira, transcreve-se o seguinte diploma:

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Decreto-Lei n.º 294/78

de 22 de Setembro

A Constituição da República Portuguesa e o

Estatuto Provisório, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 427-F/76, de 1 de Junho, consagram a autonomia da Região Autónoma da Madeira.

Através do Decreto-Lei n.º 23/78, de 27 de Janeiro, operou-se a transferência para a Região Autónoma de um conjunto de competências para facultar ao executivo regional os meios necessários a uma efectiva regionalização, no sector do trabalho.

Entretanto, na formação do II Governo Constitucional da República, a Secretaria de Estado da População e Emprego foi integrada no Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 41-A/78, de 7 de Março.

Esta modificação orgânica implica necessariamente igualdade de tratamento no objectivo da regionalização quanto aos seus serviços, o que se faz pelo presente diploma, à semelhança do que se dispõe nesta data também para a Região Autónoma dos Açores.

Assim, o Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º São transferidas para a Região Autónoma da Madeira as seguintes competências:

- a) Regulamentar, por via administrativa, nos termos da legislação nacional que vigorar, as condições de trabalho de sectores de actividade profissional ou económica circunscritos exclusivamente ao território da Região Autónoma;
- b) Participar, nos termos da legislação nacional que vigorar, na negociação das convenções colectivas de trabalho cujo âmbito não ultrapasse os limites do território da Região Autónoma;
- c) Exercer, quanto às relações colectivas de trabalho, cujo âmbito não ultrapasse os limites do território da Região Autónoma, todas as competências atribuídas ao Ministério do Trabalho pela legislação nacional que vigorar em matéria de celebração de convenções colectivas de trabalho;
- d) Proceder ao registo e depósito das convenções colectivas de trabalho, decisões arbitrais e acordos de adesão cujo âmbito não ultrapasse os limites do território da Região Autónoma, bem como os estatutos das associações sindicais e patronais de âmbito territorial da Região, sem prejuízo

da sua publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*;

- e) Participar nas tentativas de resolução dos conflitos de trabalho cujo âmbito não ultrapasse os do interesse e território da Região Autónoma;
- f) Apreciar os respectivos pedidos e conceder as aprovações e autorizações relativas a prestação de trabalho e previstas na lei;
- g) De uma maneira geral, todas as atribuições que pertençam à Delegação da Direcção-Geral das Relações Colectivas de Trabalho no âmbito territorial da Região, com ressalva do cominado no artigo 4.º e daquelas que devam ser atribuídas a outros serviços;
- h) Elaborar e tratar informações sobre os problemas de emprego, promover o ajustamento entre a procura e a oferta de emprego e participar na orientação e apoio aos emigrantes, em articulação com os programas de âmbito nacional;
- i) Administrar e gerir o sistema de protecção no desemprego;
- j) Apoiar e levar a efeito acções da formação e reabilitação e criar as condições indispensáveis à sua realização.

Art.º 2.º — 1 — A vigência dos instrumentos de regulamentação de trabalho convencional ou não de âmbito territorial da Região depende da respectiva publicação no jornal oficial da Região Autónoma da Madeira, tendo em consideração o disposto no n.º 2.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, os instrumentos de regulamentação de trabalho devem ser publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*.

Art.º 3.º — 1 — Na regulamentação colectiva de trabalho de âmbito não regional deverá ser cumprido o disposto no n.º 2 do artigo 231.º da Constituição.

2 — Os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho referidos no número anterior serão obrigatoriamente publicados no jornal oficial da Região, sem prejuízo da sua entrada em vigor a partir da publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*.

Art.º 4.º — 1 — Mantém-se o legalmente estabelecido no que respeita aos tribunais do trabalho.

2 — As atribuições das comissões de conciliação e julgamento consideram-se igualmente transferidas para a Secretaria Regional do Trabalho, logo que entre em vigor a nova lei reguladora.

Art.º 5.º — 1 — Em função da transferência de competências consagrada no artigo 1.º, são extintos a Delegação da Direcção-Geral das Relações Colectivas de Trabalho, da Secretaria de Estado do Trabalho, o Centro Permanente de Emprego e o Centro de Formação Profissional n.º 17, que funcionavam na Região Autónoma da Madeira, na dependência do Governo da República.

2 — As atribuições e competências em matérias de inspecção do trabalho na Região Autónoma da Madeira continuam a caber à Inspecção do Trabalho, do Ministério do Trabalho.

3 — Os órgãos do Governo Regional poderão solicitar directamente aos serviços da Inspecção do Trabalho situados na Região Autónoma as acções inerentes ao exercício das suas competências.

Art.º 6.º — 1 — O pessoal adstrito aos serviços extintos por força do disposto no artigo anterior transita para a Secretaria Regional do Trabalho, com dispensa de qualquer formalidade, nos termos gerais definidos quanto aos restantes serviços extintos ou integrados na Região Autónoma.

2 — Não estão abrangidos pelo disposto no número anterior os delegados e subdelegados da Direcção-Geral das Relações Colectivas de Trabalho, da Secretaria de Estado do Trabalho, os quais poderão passar a prestar serviço no Governo Regional nos termos gerais da requisição, mediante as devidas formalidades.

3 — Não estão igualmente abrangidos pelo disposto no n.º 1 os funcionários da Inspecção do Trabalho, os quais manterão a situação actual.

4 — Enquanto não for definido o quadro de pessoal da Secretaria Regional do Trabalho, os funcionários e servidores integrados manterão a respectiva situação actual.

5 — O pessoal integrado nos termos dos números anteriores ficará sujeito ao disposto no artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 318/D/76, de 30 de Abril.

Art.º 7.º A administração de todos os bens e património em geral afectos aos serviços extintos por força do disposto no artigo 5.º transita para o Governo Regional, com dispensa de qualquer formalidade.

Art.º 8.º — 1 — Será assegurado pelo Ministério do Trabalho e pela Secretaria Regional do Trabalho o intercâmbio das informações técnicas sobre problemas de trabalho e emprego.

2 — Será assegurado pelo Ministério do Trabalho e pela Secretaria de Estado da Administração Pública, quando solicitado pela Secretaria Regional do Trabalho, de acordo com as capacidades daquelas entidades, todo o apoio técnico relativo à definição das carreiras profissionais.

Art.º 9.º O Ministro da República garantirá a articulação entre os serviços dependentes do Ministério do Trabalho e os serviços da Secretaria Regional do Trabalho.

Art.º 10.º A partir de 1 de Janeiro de 1978, as despesas com os serviços agora integrados serão orçamentadas e garantidas pelo orçamento regional.

Art.º 11.º As dúvidas suscitadas na interpretação do presente diploma serão resolvidas por despacho conjunto dos Ministros da República para a Madeira e do Trabalho.

Art.º 12.º Fica revogado o Decreto-Lei n.º 23/78, de 27 de Janeiro.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.
— *Mário Soares* — *António Manuel Maldonado Gonalves* — *Lino Dias Miguel*.

Promulgado em 24 de Agosto de 1978.

Publique-se.

O Presidente da República, *António Ramalho Eanes*.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

Resolução n.º 21/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário de 20 de Setembro de 1978, resolveu:

Considerar de utilidade pública a Associação Cristã da Mocidade da Madeira A. C. M..

Presidência do Governo Regional, 20 de Setembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
E SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO
E FINANÇAS**

Portaria n.º 94/78

A fim de possibilitar o pagamento de despesas adentro do capítulo segundo do orçamento Regional para o corrente ano, inerente à Presidência do Governo Regional, há necessidade de se proceder à transferência da importância de quatro milhões

duzentos e vinte e cinco mil escudos do capítulo 3.º do mencionado orçamento, pelo que ao abrigo do artigo 3.º do Decreto Regional número 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional através da Presidência, o seguinte:

1.º — Que se proceda à transferência da importância acima referida, do capítulo 3.º, para reforço do capítulo 2.º, de acordo com o mapa da receita e despesa anexo, que faz parte integrante desta Portaria.

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Presidência do Governo Regional e Secretaria Regional do Planeamento e Finanças, 14 de Setembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*. — O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, *José António Camacho*.

Código	DESIGNAÇÃO DA RECEITA	CÓDIGO		DIVISÃO	CAPÍTULO
	VERBA TRANSFERIDA				
	CAPÍTULO III				
	SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO E FINANÇAS				
	1. Gabinete Regional				
	DESPESAS CORRENTES				
44	Outras despesas correntes:				
09	Diversas:				
	10) Outras despesas	4 225 000\$00	4 225 000\$00	4 225 000\$00	4 225 000\$00
	Total da receita				4 225 000\$00
	DESIGNAÇÃO DA DESPESA				
	VERBAS A REFORÇAR				
	CAPÍTULO II				
	PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL				
	1. Gabinete Regional				
	DESPESAS CORRENTES				
01	Remunerações certas e permanentes:				
02	Pessoal dos quadros aprovados por lei	300 000\$00			
	<i>A transportar</i>	300 000\$00			

Código	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	CÓDIGO		DIVISÃO	CAPÍTULO
	<i>Transporte</i>	300 000\$00			
41	Salários do pessoal eventual	360 000\$00	810 000\$00		
46	Subsídios de Férias e de Natal	150 000\$00	25 000\$00		
04	Alimentação e alojamento		20 000\$00		
26	Bens não duradouros — Consumos de Secretaria		100 000\$00		
30	Aquisição de serviços — Transportes e Comunicações				
	DESPESAS DE CAPITAL				
52	Investimentos — Maquinaria e equipamento ...	400 000\$00		1 355 000\$00	
	3. Secretaria Geral				
	DESPESAS CORRENTES				
01	Remunerações certas e permanentes:				
02	Pessoal dos quadros aprovados por lei	800 000\$00			
40	Salários do pessoal dos quadros	400 000\$00			
41	Salários do pessoal eventual	1 000 000\$00			
43	Gratificações certas e permanentes	40 000\$00			
46	Subsídios de Férias e de Natal	330 000\$00	2 570 000\$00		
30	Aquisição de serviços — Transportes e Comunicações		300 000\$00	2 870 000\$00	4 225 000\$00
	Total da despesa				4 225 000\$00

SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO E FINANÇAS E DE ECONOMIA

Portaria n.º 95/78

A fim de possibilitar o pagamento de despesas da Secretaria Regional de Economia, torna-se necessário proceder-se à transferência da importância de 5 000 000\$00 (cinco milhões de escudos) do Capítulo 3.º — Secretaria Regional do Planeamento e Finanças — da rubrica 44.09 alínea 10) do Orçamento Ordinário do Governo Regional da Madeira para o ano de 1978, para reforço da rubrica 44.09 alínea 1) da Direcção Regional dos Transportes na Secretaria Regional de Economia, Capítulo

9.º do mesmo Orçamento, pelo que ao abrigo do Art.º 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional, através das Secretarias Regionais do Planeamento e Finanças e Economia, o seguinte:

1.º — Que se proceda à Transferência, e reforço da verba na rubrica acima referida.

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Secretarias Regionais do Planeamento e Finanças e da Economia, 20 de Setembro de 1978. — O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, *José António Camacho*. — O Secretário Regional de Economia, *João Crisóstomo de Aguiar*.

Preço deste número 15\$00:

«Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»

A S S I N A T U R A S

As duas séries Ano 1 100\$	Semestre	650\$
A 1.ª série 650\$	>	350\$
A 2.ª série 650\$	>	350\$

Suplementos — preço por página, 1\$50

Preço avulso — por página, 1\$50

A estes valores acrescem os portes de correio

«O preço dos anúncios é de 10\$ a linha, acrescido do respectivo Imposto de Selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»